

as startups, como a facilidade de sua formalização na nova MP de liberdade econômica”, lembrou.

“A nova proposta do Marco Legal visa complementar a construção de um ambiente diferenciado e mais favorável para esses empreendimentos, mitigando riscos financeiros e tecnológicos, garantindo maior segurança jurídica para empresas e investidores privados e ampliando oportunidades de mercado”, disse.

A consulta está dividida nos seguintes eixos: sociedade anônima simplificada; responsabilidade solidária; simples nacional e investimentos; fomento à Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação; opção de compra de ações (stock options); definição jurídica de “startup”, facilitação de investimento; e relação de colaboração.

Atores envolvidos

Além do Ministério da Economia, representado pela Subsecretaria de Inovação, órgão da estrutura da Secretaria de Desenvolvimento da Indústria, Comércio, Serviços e Inovação da Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade (Sepec), e do MCTIC, fazem parte das discussões sobre o Marco Legal das Startups o BNDES, FINEP, ABDI, Receita Federal, Banco Central, CNPq, Casa Civil, Apex-Brasil e Anatel.

ABStartups, Endeavor, Anprotec, Abvcap, Anjos do Brasil, Dínamo, **BrazilLAB**, CNI, e escritórios de advocacia também participam das discussões.

Você também quer fazer parte da transformação digital no Brasil? Além de contribuir com o **Marco Legal das Startups**, você pode se inscrever no Selo GovTech, que certifica startups como capacitadas e aptas a trabalharem e venderem para diferentes órgãos do governo. Ao ser aprovada no processo e obter o Selo GovTech, a startup passará a fazer parte de uma rede de empreendedores que possuem soluções tecnológicas para diversos desafios dos governos!